



ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO

Prova Escrita Objetiva e Discursiva - Nível Médio completo Tipo 1-
BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos destinada à redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

1

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

Esta prova tem como temática o combate ao fumo, cuja utilização ainda prejudica muitos brasileiros.

Texto 1 – Notícia

“Cientistas americanos apresentaram ontem resultados preliminares de uma vacina contra o fumo. O medicamento impede que a nicotina – componente do tabaco que causa dependência – chegue ao cérebro. Em ratos vacinados, até 64% da nicotina injetada deixou de atingir o sistema nervoso central.” (O Globo, 18/12/99)

1

O modelo do texto 1 mostra uma estrutura caracterizada por:

- (A) exposição de uma série de fatos em sequência cronológica;
- (B) defesa de uma ideia apoiada em argumentos;
- (C) apresentação de um conjunto de informações;
- (D) indicação de um fato com sua respectiva consequência;
- (E) demonstração de uma tese por meio de evidências.

2

Um dado, que está presente no texto 1, sobre a descoberta anunciada é:

- (A) a razão de a nicotina causar mal aos fumantes;
- (B) as várias consequências do uso da nicotina no organismo;
- (C) a indicação do tempo gasto nas pesquisas;
- (D) a certeza de a vacina ser altamente eficiente;
- (E) a demonstração da total eficiência da vacina nos ratos.

3

No texto 1, o segmento “componente do tabaco que causa dependência” tem a função de:

- (A) explicar o funcionamento da nicotina no organismo;
- (B) indicar o significado do vocábulo “nicotina”;
- (C) mostrar o perigo do uso da nicotina;
- (D) modificar uma informação dada anteriormente;
- (E) alertar o leitor para o risco do fumo para a saúde.

4

“Em ratos vacinados, até 64% da nicotina injetada deixou de atingir o sistema nervoso central.”

A forma modificada desse segmento do texto 1 que altera o seu sentido original é:

- (A) Até 64% da nicotina injetada deixou de atingir o sistema nervoso central, em ratos vacinados;
- (B) Até 64% da nicotina injetada em ratos vacinados deixou de atingir o sistema nervoso central;
- (C) Até 64% da nicotina injetada deixou de atingir, em ratos vacinados, o sistema nervoso central;
- (D) O sistema nervoso central deixou de ser atingido por até 64% da nicotina injetada em ratos vacinados;
- (E) O sistema nervoso central deixou de ser atingido pela nicotina injetada em até 64% dos ratos vacinados.

Texto 2 – Campanha

“Antes que comecem os mimimis, um aviso: não tenho absolutamente nada contra aqueles que fumam. A decisão de enviar mais de 4 mil substâncias tóxicas para dentro do corpo e correr o risco de morrer precocemente com um câncer na boca, laringe, estômago ou pulmão é pessoal. Só não soltem fumaça na cara de não-fumantes, combinado?” (Publicidade, Guilherme Dantas, 2013)

5

Como outros textos de campanhas contra o tabagismo, o texto 2 também tenta convencer pessoas a não fumar; o argumento básico do autor do texto é:

- (A) o constrangimento social sobre os que não fumam;
- (B) a condenação universal dos fumantes;
- (C) a situação de vergonha pública por que passam os fumantes;
- (D) a intimidação dos fumantes por alusão a possíveis doenças;
- (E) o problema do encaminhamento a vícios mais graves.

6

“Antes que comecem os mimimis, um aviso: não tenho absolutamente nada contra aqueles que fumam.”

Nesse segmento inicial do texto 2, o autor do texto:

- (A) defende-se de possíveis críticas futuras;
- (B) critica os que se utilizam das redes sociais;
- (C) ataca os que sempre reclamam de tudo;
- (D) condena os fumantes, apesar de também fumar;
- (E) defende o direito de que as pessoas fumem.

7

“Antes que comecem os mimimis, um aviso: não tenho absolutamente nada contra *aqueles* que fumam.”

Nesse primeiro segmento do texto 2, o autor usa adequadamente o demonstrativo *aqueles*, referindo-se a pessoas indeterminadas; a frase abaixo em que o emprego dos demonstrativos se mostra adequado é:

- (A) João e Pedro são fumantes; este, de cigarros; esse, de charutos;
- (B) João, Pedro e Fernando são fumantes; este, de cigarros; esse, de cachimbo e aquele, de charutos;
- (C) João e Maria são fumantes; esta, de cigarros; aquele, de charutos;
- (D) Maria e Fernando são fumantes; este, de charutos; aquele, de cigarros;
- (E) João, Pedro e Maria são fumantes; esta, de cigarros; esse, de charutos e aquele, de cachimbo.

Texto 3 – Machado de Assis e o fumo

1. “Quando fumo, parece que aspiro a eternidade. Enlevo-me todo e mudo de ser. Divina invenção!”.
2. “Fumar é um mau vício, mas é o meu único vício.”
3. “Fumar é a sentença fúnebre que nos acompanha em toda parte.”
4. “O fumo impede as lágrimas, e ao mesmo tempo leva ao cérebro uma espécie de nevoeiro salutar.”
5. “Depois da invenção do fumo não há solidão possível.”

(Gentil de Andrade, *Pensamentos e reflexões de Machado de Assis*, RJ, 1990)

8

Observemos a frase 2 (texto 3); nesse caso, o autor da frase:

- (A) mostra o fumo como um vício prejudicial, mas reconhece sua fraqueza em não resistir a ele;
- (B) apresenta um argumento que desculpa o seu vício, que é o de fumar pouca quantidade de cigarros;
- (C) destaca inicialmente uma qualidade do fumo para, em seguida, negá-la;
- (D) estrutura a frase de modo que a segunda oração justifique a oração anterior;
- (E) confessa ter o vício do fumo e declara seu desejo de abandoná-lo para ficar livre de todos os vícios.

9

Observemos, agora, a frase 1 (texto 3); o tom da frase está envolto em religiosidade.

Os três vocábulos da frase que pertencem a esse campo semântico são:

- (A) eternidade / enlevo-me / divina;
- (B) aspiro / enlevo-me / mudo;
- (C) ser / eternidade / divina;
- (D) mudo / eternidade / aspiro;
- (E) divina / aspiro / eternidade.

10

As frases 3 e 4 do texto 3 mostram duas expressões adverbiais: “em toda parte” e “ao mesmo tempo”.

Os advérbios que equivalem semanticamente a essas expressões são, respectivamente:

- (A) universalmente / simultaneamente;
- (B) localizadamente / paulatinamente;
- (C) localmente / progressivamente;
- (D) universalmente / cronologicamente;
- (E) situacionalmente / paulatinamente.

11

Alguns dos cinco pensamentos de Machado de Assis (texto 3) mostram aspectos positivos do fumo; entre esses aspectos, NÃO está presente:

- (A) servir de companhia ao solitário;
- (B) propiciar a ascensão espiritual;
- (C) combater o sofrimento;
- (D) trazer lembranças agradáveis;
- (E) escapar do puramente material.

Texto 4 – O fumo e a saúde

“O fato de, nas últimas décadas, os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores, não alterou em nada a mortalidade. No caso das doenças pulmonares mais obstrutivas, que evoluem com falta de ar progressiva, foi até pior: a incidência mais do que duplicou, desde a década de 1980.

A explicação se deve às mudanças que a indústria introduziu na produção de cigarros: o uso de variedades de fumo geneticamente selecionadas para reduzir o pH da fumaça, o emprego de papel mais poroso e filtros com mais perfurações, tornaram menos aversivas, mais profundas e prolongadas as inalações, expondo aos efeitos tóxicos grandes extensões do tecido pulmonar.

Como o cigarro perde espaço no mundo industrializado, e em países como o Brasil, as multinacionais têm agido com agressividade nos mercados asiáticos e africanos, valendo-se da falta de instrução das populações mais pobres e da legislação frouxa que permite a publicidade predatória.

Os epidemiologistas estimam que essa estratégia macabra fará o número de mortes causadas pelo cigarro – que foi de 100 milhões no século 20 – saltar para um bilhão no século atual.” (Drauzio Varella, 11/08/2020. Adaptado)

12

O primeiro período do texto 4 está estruturado em duas orações, sem conjunção entre elas – “O fato de, nas últimas décadas, os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores, / não alterou em nada a mortalidade.”

O modo de reescrever adequadamente esse segmento, mantendo-se o sentido original do texto é:

- (A) Não se alterou em nada a mortalidade, pois, nas últimas décadas, os fumantes aderiram em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores;
- (B) Ainda que não se tenha alterado em nada a mortalidade, os fumantes, nas últimas décadas, aderiram em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores;
- (C) Os fumantes aderiram em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores, o que não alterou em nada a mortalidade nas últimas décadas;
- (D) O fato de, nas últimas décadas, os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores fez com que não se alterasse em nada a mortalidade;
- (E) O fato de, nas últimas décadas, os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores, não alterou, por isso mesmo, em nada a mortalidade.

13

“...o uso de variedades de fumo geneticamente selecionadas para reduzir o pH da fumaça, o emprego de papel mais poroso e filtros com mais perfurações, / tornaram menos aversivas, mais profundas e prolongadas as inalações...”.

A relação lógica entre os dois segmentos marcados nesse trecho do texto 4 é a de:

- (A) fato / explicação;
- (B) ocorrência / conclusão;
- (C) afirmação / finalidade;
- (D) causa / consequência;
- (E) declaração / justificativa.

14

Em todas as frases abaixo, retiradas do texto 4, há a presença do vocábulo *mais*.

A frase em que esse vocábulo mostra valor diferente dos demais é:

- (A) "...doenças pulmonares mais obstrutivas...";
- (B) "...o emprego de papel mais poroso...";
- (C) "...filtros com mais perfurações...";
- (D) "...mais profundas e prolongadas as inalações...";
- (E) "...falta de instrução das populações mais pobres...".

15

"Como o cigarro perde espaço no mundo industrializado, e em países como o Brasil...".

Esse segmento do texto 4 mostra que, para o autor do texto:

- (A) nosso país rivaliza com os países mais industrializados;
- (B) o Brasil se insere no mundo industrializado;
- (C) nosso desenvolvimento industrial é de primeiro mundo;
- (D) o Brasil não faz parte do mundo industrializado;
- (E) nosso progresso industrial é maior do que o do mundo industrializado.

16

"Como o cigarro perde espaço no mundo industrializado, e em países como o Brasil, as multinacionais têm agido com agressividade nos mercados asiáticos e africanos..."

Nesse caso (texto 4), agir com agressividade significa:

- (A) apelar para atos de violência;
- (B) modificar leis para as tornarem mais punitivas;
- (C) tentar implantar governos ditatoriais;
- (D) produzir publicidade com intimidações e ameaças;
- (E) intensificar as campanhas publicitárias.

Texto 5 – OMS

1. "Os dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) dizem que o cigarro mata metade dos seus consumidores habituais";
2. "A cada 3 (três) pessoas que têm aneurisma cerebral, **2 (duas) fumam!**";
3. "A fumaça do cigarro possui 4.720 substâncias tóxicas, incluindo acetona, monóxido de carbono e arsênico";
4. "Esta fumaça vai diretamente para os pulmões, deixando-os expostos a 43 substâncias cancerígenas, onde ocorrem 90% das mortes por câncer de pulmão".

17

Acima aparecem textos da OMS sobre o fumo (texto 5). Eles são citados com finalidades variadas, entre as quais **NÃO** se inclui:

- (A) indicar que se trata de um problema mundial;
- (B) mostrar dados oficiais sobre o problema;
- (C) atribuir seriedade ao que é afirmado;
- (D) trazer estatísticas como argumento;
- (E) demonstrar a inconsciência dos fumantes.

18

"A cada 3 (três) pessoas que têm aneurisma cerebral, **2 (duas) fumam!**"

O autor do texto 5 destacou uma frase – 2 (duas) fumam – graças a algumas estratégias gráficas, que são:

- (A) o aumento do tamanho da letra e a pontuação;
- (B) a pontuação e o dado estatístico;
- (C) a pontuação e a repetição do número;
- (D) a repetição do número e o dado estatístico;
- (E) o dado estatístico e o aumento do tamanho da letra.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

19

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal (Lei Estadual nº 5.888/2009), compete ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí:

- (A) receber notícias sobre irregularidades, sugestões e críticas sobre os serviços prestados pelo Tribunal, criando canal de colaboração no controle e avaliação da gestão pública;
- (B) instaurar e presidir o processo administrativo disciplinar contra os Conselheiros e Auditores, desde que autorizado pelo Plenário, por maioria absoluta de votos;
- (C) exercer a coordenação e a supervisão dos serviços de controle interno nas unidades que integram a estrutura organizacional do Tribunal de Contas;
- (D) movimentar as dotações e os créditos orçamentários, e praticar os atos de administração financeira e orçamentária necessários ao funcionamento do Estado do Piauí;
- (E) encaminhar ao Poder Legislativo, após aprovação do Plenário, proposta de criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal do Tribunal.

20

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí pretende alienar, mediante licitação e observadas as cautelas legais, materiais adquiridos e que são considerados inservíveis para a Corte de Contas, consistentes em equipamentos antigos de informática, após o devido processo formal.

De acordo com a Resolução TCE/PI nº 11/2020, que dispõe sobre as normas para a organização e o funcionamento do Sistema de Gestão Patrimonial no Tribunal de Contas do Estado do Piauí:

- (A) ficará a cargo do Controlador do TCE/PI a homologação da decisão que versa sobre a alienação de material;
- (B) será instituída uma Comissão de Avaliação e Alienação de Bens, mediante portaria, durante o processo de alienação;
- (C) será estabelecido como preço básico a ser atribuído aos materiais o valor de 50% dos produtos novos;
- (D) deverá o Presidente submeter a decisão administrativa de alienação ao Plenário da Corte de Contas;
- (E) haverá necessidade de prévia concordância do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas da Corte.

21

A Resolução TCE/PI nº 15/2018 dispõe sobre a forma e o prazo para a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) e o estabelecimento da política socioambiental no Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

De acordo com o citado ato normativo:

- (A) os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS deverão ser publicados mensalmente no portal de Transparência do Tribunal de Contas, apresentando as metas alcançadas e os ganhos socioambientais apurados conforme cada indicador;
- (B) o PLS deve conter, no mínimo, relatório consolidado do inventário de bens e materiais do órgão, além da relação de todos os servidores e membros do TCE/PI, com a respectiva lotação e remuneração, devidamente atualizados no portal de Transparência da Corte;
- (C) o PLS é instrumento autônomo e não vinculado ao planejamento estratégico do TCE/PI, com objetivos e responsabilidades definidos, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados;
- (D) o relatório de desempenho do PLS deve ser elaborado, ao final de cada ano, contendo, dentre outros, a consolidação dos resultados alcançados e a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do TCE/PI com foco socioambiental e econômico, conforme respectivos Planos de Ação;
- (E) o PLS, elaborado pelo Vice-Presidente e aprovado pelo Presidente do TCE/PI, deve ser publicado no Diário Oficial Eletrônico e ficar disponível para consulta no portal de Transparência da Corte, sendo revisto a cada cinco anos.

22

A Resolução TCE/PI nº 12/2019, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, estabelece que a Secretaria Administrativa tem a seu cargo, além de outras atividades decorrentes da natureza do órgão ou determinadas pelo Presidente:

- (A) a coordenação e apoio ao funcionamento do Plenário e das Câmaras, cabendo-lhe organizar o expediente e a pauta das sessões e promover sua publicação no site e no Diário Oficial;
- (B) a elaboração da correspondência e atos da Presidência, bem como o encaminhamento à Presidência de correspondência recebida, observadas a importância e a urgência de cada documento;
- (C) o aprimoramento da comunicação interna e externa do TCE/PI, objetivando informar e integrar seus diversos públicos e ampliar os relacionamentos intra e extraorganizacionais;
- (D) o fomento e o acompanhamento do planejamento estratégico do Tribunal, visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional;
- (E) o planejamento, a coordenação, a execução e a supervisão das atividades de administração orçamentária, financeira, de pessoal, patrimônio e de serviços gerais.

23

José, servidor público ocupante de cargo efetivo no Tribunal de Contas do Estado do Piauí, discriminou seu colega de trabalho Antônio, motivado por preconceito de cunho religioso.

Consoante dispõe o Código de Ética do TCE/PI (Resolução TCE/PI nº 01/2018), por ter praticado infração ética, sem prejuízo das demais sanções previstas em legislação infraconstitucional, de acordo com as circunstâncias e a gravidade da conduta a serem aferidas em regular processo ético, em tese, José está sujeito a sanções de:

- (A) advertência confidencial em aviso reservado; suspensão até trinta dias; demissão;
- (B) advertência confidencial em aviso reservado; suspensão até noventa dias; exoneração;
- (C) censura confidencial em aviso reservado; suspensão até noventa dias; demissão;
- (D) recomendação; advertência confidencial em aviso reservado; censura ética em publicação oficial;
- (E) advertência confidencial em aviso reservado; censura ética sem publicação oficial; obrigação de frequentar curso de capacitação profissional.

MATEMÁTICA FINANCEIRA**24**

Um capital de R\$ 20.000,00 foi aplicado a juros simples pelo prazo de 1 mês, tendo produzido um montante de R\$ 20.720,00.

Se nenhum saque ou aporte for feito e considerando-se o mês comercial, após mais 10 dias, o montante será de:

- (A) R\$ 20.968,64;
- (B) R\$ 20.960,00;
- (C) R\$ 20.869,46;
- (D) R\$ 20.864,90;
- (E) R\$ 20.860,00.

25

No sistema de juros compostos, a taxa de 125% ao bimestre com capitalizações bimestrais equivale a uma taxa efetiva trimestral de:

- (A) 37,5%;
- (B) 150%;
- (C) 237,5%;
- (D) 250%;
- (E) 337,5%.

26

Um televisor pode ser adquirido à vista ou por meio de 3 prestações mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$ 2.704,00, sendo a primeira delas paga no ato da compra.

Se o vendedor cobra juros de 4% a.m. nas transações a prazo, o valor à vista do televisor é:

- (A) R\$ 7.800,00;
- (B) R\$ 7.801,00;
- (C) R\$ 7.802,00;
- (D) R\$ 7.803,00;
- (E) R\$ 7.804,00.

27

João aplicou R\$ 4.500,00 a juros compostos. Após 2 anos de capitalização, sem que houvesse qualquer aporte ou retirada, o montante dessa aplicação era R\$ 7.605,00.

Considerando-se que a taxa de juros permanece constante ao longo de todo o período, seu valor é:

- (A) 30% a.a.;
- (B) 34,5% a.a.;
- (C) 60% a.a.;
- (D) 60,5% a.a.;
- (E) 69% a.a.

28

Um título de crédito cujo valor de face era R\$ 53.280,00 foi descontado 4 meses antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto racional, à taxa simples de desconto de 2,75% ao mês.

O valor descontado desse título foi:

- (A) R\$ 5.280,00;
- (B) R\$ 5.860,80;
- (C) R\$ 6.850,00;
- (D) R\$ 47.419,20;
- (E) R\$ 48.000,00.

29

Se, ao receber a fatura do seu cartão de crédito, o titular não puder pagar o valor integral, a operadora desse cartão permite que seja feito um pagamento menor de, no mínimo, 15% do valor total. Entretanto, na fatura do mês seguinte, constará:

- o saldo devedor (o que não foi pago na fatura anterior) acrescido de juros de 8% a.m.;
- a multa por atraso, no valor de 2% do saldo devedor;
- juros de mora, no valor de 1% do saldo devedor;
- IOF (imposto sobre operações financeiras), no valor de 0,38% do saldo devedor.

O titular desse cartão de crédito recebeu uma fatura no valor de R\$ 2.000,00 e, na data do vencimento, pagou apenas 40% do seu valor. Um mês após esse pagamento, a dívida nesse cartão foi totalmente quitada.

Se nenhuma compra foi feita durante esse período, esse último pagamento foi de:

- (A) R\$ 891,04;
- (B) R\$ 1.236,56;
- (C) R\$ 1.240,21;
- (D) R\$ 1.336,56;
- (E) R\$ 1.340,21.

30

Um título de valor nominal R\$ 5.305,00 é descontado 3 meses antes do seu vencimento.

Sabendo-se que foi aplicado um desconto racional composto com taxa de desconto de 2% ao mês, o valor resgatado foi:

| |
|---------------------------------------------|
| Dados: $1,02^3 = 1,061$ $0,98^3 = 0,941$ |
|---------------------------------------------|

- (A) R\$ 4.800,00;
- (B) R\$ 4.992,00;
- (C) R\$ 5.000,00;
- (D) R\$ 5.628,61;
- (E) R\$ 5.637,62.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

31

As práticas orçamentárias evoluíram ao longo do tempo, passando de uma concepção tradicional para uma visão moderna de orçamento e fazendo surgir modelos orçamentários com diferentes lógicas.

Uma característica associada à lógica do orçamento-programa é:

- (A) a alocação de recursos visa à aquisição de meios;
- (B) as decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações técnicas;
- (C) as decisões de alocação têm ênfase nas necessidades financeiras das unidades organizacionais;
- (D) os principais critérios classificatórios são por unidade e por elemento de despesa;
- (E) o processo orçamentário é dissociado do processo de planejamento.

32

Os princípios orçamentários contribuem para a consistência e a regularidade das práticas orçamentárias ao longo do tempo e permitem identificar eventuais desvios de conformidade.

Quanto ao princípio da exclusividade, uma característica que pode ser associada a ele é:

- (A) a lei orçamentária não consignará dotações globais para atender a despesas diversas;
- (B) a lei orçamentária não pode “dar outras providências”;
- (C) a lei orçamentária registrará receitas e despesas em deduções;
- (D) as leis orçamentárias necessitam de formalização legal;
- (E) receitas de impostos não devem ser vinculadas a despesas específicas.

33

Considere os dispositivos legais que tratam dos conteúdos dos instrumentos de planejamento e faça as associações pertinentes.

- | | |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------|
| (1) PPA | () condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas |
| (2) LDO | () despesas relativas aos programas de duração continuada |
| (3) LOA | () orçamento de investimento das empresas estatais |
| | () política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento |
| | () definição de critérios e forma de limitação de empenho |

A sequência correta é:

- (A) 1 – 1 – 2 – 2 – 3;
- (B) 2 – 3 – 1 – 3 – 2;
- (C) 2 – 1 – 3 – 2 – 2;
- (D) 3 – 1 – 1 – 3 – 2;
- (E) 3 – 1 – 3 – 2 – 2.

34

Considere os dados do quadro a seguir, com informações apresentadas em milhares de reais, relativas à execução da receita orçamentária de um ente federativo no terceiro bimestre de um dado exercício.

| Descrição | Valor (milhares de R\$) |
|-----------------------------|-------------------------|
| Alienação de bens | 14.000,00 |
| Aplicações financeiras | 4.750,00 |
| Contribuições | 26.250,00 |
| Doações | 7.000,00 |
| Operação de crédito interna | 50.000,00 |
| Receita de aluguéis | 9.000,00 |
| Royalties | 16.250,00 |
| Serviços prestados | 20.250,00 |
| Tributos | 97.500,00 |
| Venda de títulos públicos | 30.000,00 |

O montante de receitas arrecadadas com impacto financeiro, mas sem reflexos no patrimônio, representa, em milhares de reais:

- (A) 117.250,00;
- (B) 115.000,00;
- (C) 110.250,00;
- (D) 96.250,00;
- (E) 94.000,00.

35

Com o objetivo de contribuir para o equilíbrio fiscal dos entes públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu medidas a serem observadas nos casos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Existem diversas espécies de renúncia de receita, com critérios e regras próprias. A espécie de renúncia de receita que consiste no perdão da dívida, justificado por circunstâncias previstas em lei, a exemplo do alto custo não compensável com a quantia em cobrança, é o(a):

- (A) anistia;
- (B) crédito presumido;
- (C) isenção;
- (D) remissão;
- (E) subsídio.

36

Considere os estágios da despesa orçamentária e suas características e faça as associações pertinentes.

| | |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| (1) Fixação | () reserva de dotação orçamentária para um fim específico |
| (2) Empenho | () tem por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito |
| (3) Liquidação | () deve ocorrer após a regular liquidação da despesa |
| (4) Pagamento | () autorização dada pelo Poder Legislativo por meio da aprovação da LOA |
| | () pode se dar de forma estimativa |

A sequência correta é:

- (A) 1 – 4 – 2 – 2 – 3;
- (B) 1 – 3 – 4 – 1 – 2;
- (C) 1 – 4 – 3 – 1 – 2;
- (D) 2 – 3 – 4 – 1 – 2;
- (E) 2 – 4 – 4 – 2 – 1.

37

Há casos em que a abertura de créditos adicionais ao orçamento, durante o exercício financeiro, precisa de indicação de fonte de recursos. A Lei nº 4.320/1964 elenca as possíveis fontes de recursos que podem ser utilizadas e como devem ser apuradas.

Na apuração do superávit financeiro líquido deve(m) ser deduzido(s), se houver:

- (A) o saldo do passivo financeiro;
- (B) os créditos adicionais transferidos;
- (C) os restos a pagar não processados;
- (D) os créditos extraordinários abertos no exercício;
- (E) a estimativa de queda de arrecadação no exercício.

38

A Emenda à Constituição do Estado do Piauí nº 47/2016 estabeleceu regras relativas ao Novo Regime Fiscal no âmbito do Orçamento Fiscal do Estado. Uma das regras refere-se ao limite individualizado por poderes e órgãos para o valor das despesas primárias correntes.

Esse limite tem como parâmetro o valor referente ao exercício imediatamente anterior corrigido pela:

- (A) projeção do IPCA para o ano corrente ou acrescido da variação da RCL do ano anterior, dos dois o menor;
- (B) projeção do IPCA para o ano corrente ou acrescido da variação da RCL do ano anterior, dos dois o maior;
- (C) variação do IPCA do ano anterior ou acrescido da variação da RCL do ano anterior, dos dois o maior;
- (D) variação do IPCA do ano anterior ou acrescido de 90% do crescimento da RCL do ano anterior, dos dois o maior;
- (E) variação do IPCA do ano anterior ou acrescido de 90% do crescimento da RCL do ano anterior, dos dois o menor.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

39

Uma organização está selecionando candidatos para um cargo na área comercial com as seguintes atribuições: “avaliação da satisfação dos clientes; acompanhamento das vendas; monitoramento da participação dos produtos da empresa no mercado”.

Essas atribuições estão relacionadas à seguinte função da administração:

- (A) controle;
- (B) planejamento;
- (C) direção;
- (D) coordenação;
- (E) organização.

40

Um gerente reuniu-se com os membros de sua equipe para conhecer melhor suas percepções e expectativas de recompensa no trabalho. Ele identificou que o que os membros da equipe mais valorizam é: “pertencer ao grupo, ter relações amigáveis e cooperação”.

De acordo com as teorias de motivação, os membros da equipe apresentam, como necessidade predominante:

- (A) comprometimento;
- (B) realização;
- (C) afiliação;
- (D) poder;
- (E) crescimento.

41

Nas organizações contemporâneas, é comum os administradores adotarem estilos participativos de gestão, envolvendo os indivíduos e os grupos nas decisões que os afetam. A tomada de decisão em grupo apresenta vantagens em relação à tomada de decisão individual, como, por exemplo, maior diversidade de perspectivas sobre os problemas em foco.

No entanto, a tomada de decisão em grupo também apresenta desvantagens quando comparada à individual, tais como:

- (A) tendência a decisões heurísticas;
- (B) permeabilidade a informações externas;
- (C) perda de legitimidade da decisão;
- (D) tendência ao efeito halo;
- (E) exigência de mais tempo e recursos.

42

Um gerente precisa decidir sobre a compra de aparelhos de ar-condicionado para a empresa onde trabalha. A tabela abaixo apresenta a avaliação das alternativas dos diversos fabricantes em cada um dos critérios considerados, bem como os pesos atribuídos a cada critério.

| Marca | Preço (peso 10) | Consumo (peso 8) | Durabilidade (peso 5) | Assistência técnica (peso 5) |
|-------|-----------------|------------------|-----------------------|------------------------------|
| V | 5 | 9 | 8 | 8 |
| W | 8 | 6 | 6 | 6 |
| X | 7 | 8 | 5 | 7 |
| Y | 10 | 5 | 4 | 5 |
| Z | 8 | 8 | 6 | 5 |

Assumindo que esses são todos os critérios relevantes para avaliação de um aparelho de ar-condicionado, pelo modelo racional de tomada de decisão, o gerente deveria escolher a marca:

- (A) V;
- (B) W;
- (C) X;
- (D) Y;
- (E) Z.

43

Um órgão público que faz atendimento direto aos cidadãos tem recebido muitas reclamações em relação à qualidade do atendimento ao público. Para planejar ações de melhoria na qualidade dos serviços prestados, o gestor responsável quer observar e registrar, durante um mês, que tipos de problemas estão ocorrendo no atendimento.

Para isso, uma ferramenta adequada seria:

- (A) diagrama espinha-de-peixe;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de dispersão;
- (D) folha de verificação;
- (E) histograma.

44

Uma universidade mantém estoque anual médio no valor de R\$ 3.000.000,00 e estoque mínimo estimado em R\$ 600.000,00. Os custos de armazenagem são de 9% ao ano, o custo de capital é de 12% ao ano, e os custos de risco de manutenção do estoque (associados a danos, perdas, obsolescência e deterioração) são de 4% ao ano.

Na situação descrita, o custo anual de manutenção do estoque é de:

- (A) 600.000 reais;
- (B) 675.000 reais;
- (C) 720.000 reais;
- (D) 750.000 reais;
- (E) 850.000 reais.

45

Uma organização adota sistema de reposição contínua para seu estoque de cartuchos de impressora. O consumo mensal de cartuchos é de 80 unidades em média, o estoque de segurança é de 30 unidades e o tempo de ressuprimento é de três dias corridos. As aquisições são realizadas por compra direta aos fornecedores e o custo de pedido é de R\$ 20,00.

Considerando que um mês tem 30 dias, na situação descrita, o ponto de pedido é:

- (A) 36 unidades;
- (B) 38 unidades;
- (C) 40 unidades;
- (D) 42 unidades;
- (E) 50 unidades.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

46

Os registros de operações realizadas em uma empresa têm o objetivo de gerar informações úteis para a gestão organizacional.

Embora seja fornecida uma diversidade de informações nos relatórios contábeis, o objeto da contabilidade é o:

- (A) controle de receitas e despesas;
- (B) fluxo de caixa das entidades;
- (C) lucro das entidades;
- (D) patrimônio das entidades;
- (E) valor de mercado das entidades.

Texto 1

A empresa Alfa foi constituída em 02/01/2020 por dois sócios, Sr. X e Sr. Y. O capital social da empresa foi subscrito no valor de R\$ 100.000,00. O capital foi constituído de quotas igualmente divididas entre os dois sócios. O Sr. X integralizou a sua parte em dinheiro no ato de constituição da empresa, que foi depositada no banco em que a empresa abriu uma conta. Já o Sr. Y integralizou a parte dele com um veículo no valor de R\$ 30.000,00 e o restante ficou para ser integralizado em espécie em 90 dias.

47

De acordo com o texto 1, no momento da constituição da empresa, o patrimônio líquido tem o valor de:

- (A) R\$ 100.000,00;
- (B) R\$ 80.000,00;
- (C) R\$ 50.000,00;
- (D) R\$ 30.000,00;
- (E) R\$ 20.000,00.

48

Considere as informações apresentadas no texto 1 sobre a empresa Alfa e também que os sócios decidiram tomar um empréstimo no banco no valor de R\$ 50.000,00 para dar mais liquidez ao negócio e iniciar as atividades operacionais da empresa.

A realização dessa operação financeira com o banco constitui um fato contábil:

- (A) modificativo aumentativo;
- (B) modificativo diminutivo;
- (C) misto aumentativo;
- (D) misto diminutivo;
- (E) permutativo.

49

O contador da empresa Beta precisa registrar o valor dos juros relativos a um empréstimo tomado pela empresa.

De acordo com a lógica do regime de competência, o lançamento a débito deverá ser realizado em uma conta de:

- (A) caixa e equivalentes de caixa;
- (B) despesas com juros;
- (C) empréstimos;
- (D) encargos financeiros a transcorrer;
- (E) variações monetárias passivas.

50

Ao elaborar um plano de contas para uma entidade é necessário considerar as características das operações próprias da entidade e também alguns conceitos básicos de contabilidade. No que tange à natureza do saldo, por exemplo, as contas podem ser credoras ou devedoras.

Um exemplo de conta que tem saldo de natureza devedora é:

- (A) capital social;
- (B) estoques;
- (C) empréstimos;
- (D) impostos a pagar;
- (E) receita de vendas.

51

Na apresentação do Balanço Patrimonial, as contas que compõem o grupo do Ativo representam:

- (A) aplicações de recursos e devem ter saldo total igual ao Passivo mais Patrimônio Líquido;
- (B) aplicações de recursos e a riqueza líquida da entidade;
- (C) aplicações de recursos financiadas por capital de terceiros;
- (D) origens de recursos e devem ter saldo total igual ao Passivo;
- (E) origens de recursos para uso nas atividades operacionais.

52

Na apresentação da Demonstração de Resultados do Exercício, o resultado financeiro:

- (A) compõe o custo das vendas ou dos serviços prestados;
- (B) compõe o resultado antes do IR/CSLL;
- (C) constitui uma dedução das receitas de vendas;
- (D) é apresentado logo após o resultado bruto;
- (E) integra o cálculo do resultado operacional.

53

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações geradas por essas entidades devem ser úteis aos usuários para fins de prestação de contas, e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Os usuários primários dessas informações incluem:

- (A) partidos políticos com representação no Poder Legislativo;
- (B) provedores de recursos e partidos políticos;
- (C) provedores de recursos, usuários dos serviços e Receita Federal;
- (D) usuários dos serviços e Ministério Público;
- (E) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

54

Em matéria de regime jurídico de entidades da Administração indireta, a empresa pública Alfa do Estado do Piauí, que presta determinado serviço público, está sujeita ao controle:

- (A) hierárquico pelo Estado do Piauí, a cuja autoridade competente cabe o julgamento dos recursos administrativos próprios contra decisões da empresa pública, e ao controle externo pela Controladoria Geral do Estado;
- (B) finalístico pelo Estado do Piauí, em decorrência da tutela administrativa que enseja sua vinculação a esse ente, e à fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Tribunal de Contas estadual;
- (C) judicial pelo Ministério Público do Estado do Piauí, que fiscaliza a legalidade dos atos da empresa pública, mas não se submete ao controle externo pelo Tribunal de Contas estadual, eis que possui personalidade jurídica de direito privado;
- (D) administrativo pelo Estado do Piauí, em decorrência da sua subordinação hierárquica ao ente a que está vinculado, mas não se submete ao controle externo pelo Tribunal de Contas estadual, eis que possui personalidade jurídica de direito privado;
- (E) ministerial pelo Ministério Público do Estado do Piauí, que exerce poder hierárquico sobre a empresa pública, mas não se submete ao controle externo pelo Tribunal de Contas estadual, eis que possui personalidade jurídica de direito privado.

55

A sociedade empresária Beta foi contratada pelo Estado do Piauí, após processo licitatório, para realizar obras de reforma e restauração em determinado prédio público. A contratada não executou parcialmente o contrato, conforme cabalmente comprovado em regular processo administrativo em que lhe foi garantida a prévia defesa. Diante disso, observada a proporcionalidade, o ente contratante aplicou à sociedade empresária Beta a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado do Piauí, pelo prazo de 18 meses.

Levando-se em consideração a Lei nº 8.666/1993 e a doutrina moderna de Direito Administrativo sobre poderes administrativos, verifica-se que o Estado contratante agiu:

- (A) corretamente, com base em seu poder de polícia, que lhe permite restringir e condicionar a propriedade privada e a atuação da sociedade empresária contratada;
- (B) corretamente, com base em seu poder hierárquico de estruturação externa da atividade pública, que lhe permite reduzir o âmbito de atuação da contratada pelo ato ilícito praticado;
- (C) corretamente, com base em seu poder disciplinar, eis que a sociedade empresária Beta tem vínculo de natureza especial com o Estado em razão do contrato celebrado;
- (D) erroneamente, eis que os poderes administrativos operam efeito apenas internamente no âmbito da administração pública, e não sobre terceiros contratados;
- (E) erroneamente, eis que a aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado do Piauí deve ser feita exclusivamente pelo Poder Judiciário.

56

Mário, servidor público efetivo do Estado do Piauí, descumpriu injustificadamente o prazo de 10 dias previsto em lei para praticar certo ato administrativo de cunho decisório em procedimento de sua competência, que já estava devidamente instruído.

De acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Piauí, em tese, Mário está sujeito à responsabilidade disciplinar, e sua conduta omissiva:

- (A) implica nulidade do procedimento por excesso de poder, eis que o agente público agiu fora de sua competência funcional, na medida em que deixou de praticar o ato;
- (B) implica nulidade do procedimento por vício de forma causado pela inércia do agente público, devendo o feito retornar à fase de instrução;
- (C) implica nulidade do procedimento, caso seja demonstrado pelo interessado efetivo prejuízo pela inércia do agente público, devendo o feito ser reiniciado na origem;
- (D) não implica nulidade do procedimento, sendo que também respondem pelo fato os seus superiores hierárquicos que se omitiram na fiscalização dos serviços ou que de algum modo concorreram para a infração;
- (E) não implica nulidade do procedimento, e os seus superiores hierárquicos não podem ser responsabilizados administrativamente, exceto se o caso também configurar ato de improbidade administrativa dolosa.

57

Em matéria de previdência social, analise os agentes públicos ocupantes a seguir.

- I. exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- II. de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo;
- III. de emprego público.

De acordo com o atual texto da Constituição da República de 1988, aos agentes públicos acima nominados aplica-se, respectivamente, o regime:

- (A) geral de previdência social; regime geral de previdência social; regime geral de previdência social;
- (B) geral de previdência social; regime próprio de previdência social; regime geral de previdência social;
- (C) próprio de previdência social; regime geral de previdência social; regime geral de previdência social;
- (D) próprio de previdência social; regime próprio de previdência social; regime geral de previdência social;
- (E) próprio de previdência social; regime geral de previdência social; regime próprio de previdência social.

58

No mês de janeiro de 2020, determinado Município no Estado do Piauí contratou, com dispensa de licitação, cooperativa formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública para realizar a coleta, o processamento e a comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo.

Diante das informações apresentadas e tendo em vista a aplicação da Lei nº 8.666/1993, o Tribunal de Contas do Estado Piauí, no segundo semestre de 2021, ao analisar a contratação em tela, verificou que a dispensa de licitação foi:

- (A) regular, por expressa previsão legal, desde que observadas as demais cautelas legais;
- (B) regular, por analogia às demais hipóteses de dispensa de licitação, desde que observadas as demais cautelas legais;
- (C) irregular, eis que a não realização do certame deveria ter sido fundamentada pela inexigibilidade de licitação;
- (D) irregular, eis que deveria ter sido realizada licitação compatível com o valor estimado da contratação;
- (E) irregular, eis que deveria ter sido realizada licitação na modalidade pregão ou tomada de preços, pela natureza da contratação.

59

Tatiana é servidora pública civil federal ocupante de cargo efetivo e deu entrada em seu pedido de aposentadoria, tendo o seu órgão de origem entendido que já fazia jus à aposentadoria. Ocorre que, em seguida, o Tribunal de Contas da União, ao apreciar a legalidade do ato administrativo de concessão inicial de sua aposentadoria, sem lhe oportunizar o contraditório e a ampla defesa, recusou o registro da aposentadoria sob o argumento de que ainda faltavam dois anos em seu tempo de contribuição.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a decisão do TCU:

- (A) está viciada, eis que em todos os processos perante o TCU são assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultado ao administrado o direito de produzir provas, ouvir testemunhas e ofertar alegações finais por escrito, por meio de memoriais;
- (B) está viciada, eis que em todos os processos perante o TCU que tenham por objeto a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão são assegurados o contraditório e a ampla defesa, sob pena de nulidade absoluta;
- (C) está viciada, eis que em todos os processos perante o TCU que tenham por objeto a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão são assegurados o contraditório e a ampla defesa, sob pena de nulidade relativa, devendo o administrado comprovar o prejuízo;
- (D) não está viciada, eis que nos processos perante o TCU são assegurados o contraditório e a ampla defesa apenas quando da decisão puder resultar ao administrado a imposição de sanções e de ressarcimento ao erário, que não é o caso de mero registro do ato de concessão inicial de aposentadoria, ainda que a relação jurídica travada, nesse momento, seja entre o Tribunal de Contas e a servidora;
- (E) não está viciada, eis que, apesar de nos processos perante o TCU serem assegurados o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetua-se a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, porque a relação jurídica travada, nesse momento, é entre o Tribunal de Contas e a Administração Pública.

60

O cidadão João, regularmente identificado, apresentou pedido de acesso a informações devidamente especificadas ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Por se tratar de informações totalmente sigilosas, de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011, o TCE/PI deverá, no prazo de até:

- (A) 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, indicar a João as razões de fato ou de direito da recusa total do acesso pretendido e informar-lhe sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação;
- (B) 30 dias, prorrogável por mais 15 dias, entregar a João certidão com esclarecimentos sobre a impossibilidade de atendimento ao requerido, em razão do sigilo, e informar-lhe sobre a possibilidade de recurso em até 5 dias, a ser dirigido ao Presidente da Corte de Contas;
- (C) 30 dias, prorrogável por mais 15 dias, apresentar a João exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público e, caso relevantes os motivos, fornecer-lhe as informações com cláusula de sigilo, sob pena de responsabilização nos termos da lei;
- (D) 5 dias, prorrogável por mais 5 dias, apresentar a João exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público e, caso relevantes os motivos, fornecer-lhe as informações com cláusula de confidencialidade, sob pena de responsabilização nos termos da lei;
- (E) 3 dias, prorrogável por mais 3 dias, apresentar a João exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público e, caso relevantes os motivos, fornecer-lhe acesso às informações, sem cópia dos respectivos documentos, com cláusula de sigilo, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

61

José, servidor público ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no exercício da função pública, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições de apoio administrativo a certo Conselheiro e que devia permanecer em segredo, em razão de sigilo legal que incidia no caso.

Diante dos fatos narrados, observada a Lei nº 8.429/1992, José:

- (A) não está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, pois não ocupa cargo de agente político, mas responde civil e administrativamente, observado o devido processo legal;
- (B) não está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, pois não exerce mandato eletivo, mas responde penal, civil e administrativamente, observados o contraditório e a ampla defesa;
- (C) está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, podendo receber sanções como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor de sua remuneração;
- (D) está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, podendo receber sanções como ressarcimento integral dos danos ao erário, cassação dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais por até cinco anos;
- (E) está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, podendo receber sanções como afastamento cautelar da função pública, indisponibilidade de bens para ressarcimento de danos ao erário e cassação dos direitos políticos.

62

Antônio, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração de determinado Tribunal de Contas estadual, está lotado no setor de protocolo, onde recebe documentos e correspondências externas. Por descuido, ao receber ofício subscrito por certo Prefeito Municipal, Antônio acabou se distraíndo e colocou o documento numa pilha de papéis que seriam destruídos e, em seguida, o incinerou. Por não ter sido juntado o ofício ao correlato processo administrativo, o Prefeito jurisdicionado acabou sendo multado pela Corte de Contas e alega que sofreu danos materiais e morais.

No caso narrado, em tese, aplicar-se-ia a responsabilidade civil:

- (A) subjetiva do Tribunal de Contas, sendo necessária a comprovação de ter agido Antônio com dolo ou culpa;
- (B) objetiva do Tribunal de Contas, sendo necessária a comprovação de ter agido Antônio com dolo ou culpa;
- (C) objetiva de Antônio, sendo desnecessária a comprovação de ter agido com dolo ou culpa;
- (D) subjetiva do Estado, sendo necessária a comprovação de ter agido Antônio com dolo ou culpa;
- (E) objetiva do Estado, sendo desnecessária a comprovação de ter agido Antônio com dolo ou culpa.

63

Marcelo é servidor público civil do Estado do Piauí e está cursando faculdade de Administração. Não obstante Marcelo tenha se inscrito para o horário noturno, a faculdade apenas oferece uma disciplina obrigatória em período vespertino, duas vezes por semana, de maneira que há comprovada incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição onde está lotado.

Consoante dispõe a Lei Complementar Estadual nº 13/1994, Marcelo:

- (A) faz jus a horário especial em sua jornada de trabalho, sendo-lhe exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho;
- (B) faz jus a horário especial em sua jornada de trabalho, com redução de até 50%, não lhe sendo exigida a compensação de horário na repartição;
- (C) faz jus a horário especial em sua jornada de trabalho, com redução de até 25% sem compensação de horário na repartição ou de até 50% com compensação de horário;
- (D) não faz jus a horário especial em sua jornada de trabalho, por ausência de previsão legal específica, mas pode requerer licença para trato de assuntos particulares;
- (E) não faz jus a horário especial em sua jornada de trabalho, por ausência de previsão legal específica, mas pode requerer licença para capacitação de servidor por até seis meses.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

64

O Chefe do Poder Executivo do Estado Gama consultou a assessoria jurídica sobre sua intenção de criar um ente da Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de direito público, incumbido da execução de atividades típicas da Administração Pública.

A assessoria respondeu, corretamente, que o ente com essas características é a:

- (A) subsidiária integral, devendo ser criada a partir de autorização legal;
- (B) empresa pública, devendo ser criada a partir de autorização legal;
- (C) sociedade de economia mista, devendo ser criada por lei;
- (D) fundação pública, devendo ser criada por decreto;
- (E) autarquia, devendo ser criada por lei.

65

Após regular processo administrativo disciplinar, João foi demitido do serviço público. Em razão da vacância do cargo, Maria, servidora estável, foi regularmente promovida e passou a ocupá-lo. Pouco tempo depois, a demissão de João foi anulada por decisão judicial transitada em julgado. Acresça-se que o cargo anterior de Maria estava ocupado e não havia outro cargo vago.

À luz dessa narrativa, João deve ser:

- (A) posto em disponibilidade e Maria deve permanecer no cargo;
- (B) reintegrado e Maria, posta em disponibilidade;
- (C) posto em disponibilidade e Maria, demitida;
- (D) reintegrado e Maria, indenizada;
- (E) reintegrado e Maria, demitida.

66

O Chefe do Poder Executivo do Estado Beta, com o objetivo de ampliar o direito fundamental à informação, inseriu, no projeto de lei orçamentária anual, comando que disciplinava o acesso, por qualquer do povo, às informações de natureza administrativa, financeira e orçamentária.

A inserção do referido comando no projeto de lei orçamentária anual é:

- (A) compatível com a ordem constitucional, em razão da pertinência temática;
- (B) incompatível com a ordem constitucional, pois a iniciativa legislativa é exclusiva do Poder Legislativo;
- (C) compatível com a ordem constitucional, desde que haja autorização na lei de diretrizes orçamentárias;
- (D) incompatível com a ordem constitucional, pois não versa sobre a previsão da receita e a fixação da despesa;
- (E) compatível com a ordem constitucional, desde que o projeto seja aprovado por maioria absoluta no Poder Legislativo.

67

O Ministério Público do Estado Alfa concedeu a aposentadoria voluntária a Joana, servidora do seu quadro permanente de serviços auxiliares.

À luz da sistemática constitucional, o ato de aposentadoria de Joana:

- (A) só começa a produzir efeitos com o pagamento dos respectivos proventos, após o registro no Tribunal de Contas;
- (B) produz efeitos imediatos, não estando sujeito a qualquer medida a ser adotada no âmbito do Tribunal de Contas;
- (C) deve ter sido objeto de verificação prévia pelo Tribunal de Contas, em momento anterior à sua concessão;
- (D) produz efeitos imediatos, podendo apenas ser objeto de fiscalização futura pelo Tribunal de Contas;
- (E) produz efeitos imediatos, mas está sujeito a registro pelo Tribunal de Contas.

68

Ao fim do exercício financeiro, o Prefeito do Município Gama elaborou suas contas de governo e indagou sua assessoria a respeito do órgão competente para apreciá-las.

A assessoria respondeu, corretamente, que as contas devem ser encaminhadas:

- (A) à Câmara Municipal de Gama, que irá julgá-las;
- (B) ao Tribunal de Contas do Estado, que irá julgá-las;
- (C) ao Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio, sendo julgadas pela Câmara Municipal de Gama;
- (D) ao Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio, sendo julgadas pela Assembleia Legislativa;
- (E) à Câmara Municipal de Gama, que fará uma análise prévia, política, sendo julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

69

A lei orçamentária anual do Estado Alfa estimou a receita e fixou a despesa pública para o exercício financeiro a que se referia, tendo ainda previsto as despesas a serem realizadas nos três exercícios seguintes, com a construção de barragem no Rio XX.

A previsão das despesas a serem realizadas nos exercícios seguintes, com a construção da barragem, mostra-se:

- (A) compatível com a ordem constitucional, pois se trata de um investimento plurianual;
- (B) compatível com a ordem constitucional, pois a hipótese versa sobre despesa corrente de caráter plurianual;
- (C) incompatível com a ordem constitucional, pois somente o plano plurianual pode alcançar mais de um exercício;
- (D) compatível com a ordem constitucional, pois a lei orçamentária anual pode avançar para até cinco exercícios;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois a lei orçamentária anual não pode vigor por mais de um exercício.

70

A Secretaria de Ordem Pública do Município Beta recebeu informações de que a Associação de Moradores do Bairro ZZ estaria estimulando a depredação de bens públicos. Após a regular tramitação do processo administrativo no qual representantes da Associação foram ouvidos, o Secretário Municipal, entendendo provados os fatos, decidiu pela sua dissolução compulsória.

À luz da narrativa acima, é correto afirmar que a dissolução compulsória da referida Associação:

- (A) observou a ordem constitucional, pois foi preservada a garantia do devido processo legal;
- (B) observou a ordem constitucional, desde que o Secretário Municipal tenha recebido delegação do Prefeito Municipal;
- (C) não observou a ordem constitucional, pois é vedada, em qualquer hipótese, a dissolução compulsória de associações;
- (D) não observou a ordem constitucional, pois a dissolução compulsória de associações exige decisão judicial transitada em julgado;
- (E) não observou a ordem constitucional, pois seria necessário o prévio trânsito em julgado da sentença condenatória pelos crimes referidos.

REDAÇÃO

POLITICAMENTE CORRETO E POLITICAMENTE INCORRETO

John Cleese, comediante britânico, comenta: "Começou como uma ideia bastante decente e em seguida transforma-se numa coisa completamente errada e é levada até ao absurdo". Também o músico Nick Cave critica o exagero do politicamente correto: "Em tempos uma tentativa meritória de reimaginar a nossa sociedade de forma mais justa, agora apresenta todos os piores aspectos que a religião tem para oferecer, e nenhuma da sua beleza - [cheia de] certezas morais e de uma arrogância acima de qualquer capacidade de redenção."

Na década de 2000, o jornalista [Éric Zemmour](#) desenvolveu a ideia de que a recusa de usar uma linguagem politicamente correta foi criminalizada e condenou a "lógica inquisitorial" das associações antirracistas.

Para o filósofo Dominique Lecourt, o politicamente correto é "uma retórica da dissuasão", "um meio de intimidação que sugere que haveria um pensamento único, um caminho certo em relação ao qual todos devemos ser julgados." Tornou-se, através das chamadas leis antirracistas ou memoriais, "um instrumento de conquista do poder" usado por "minorias ativas bem organizadas que espalham seu conformismo puro", "muitas vezes de tom religioso". (Wikipédia)

Temos, acima, diferentes opiniões sobre o emprego do politicamente correto/incorreto na linguagem. Diga o que você pensa sobre o assunto, em 20 a 30 linhas, em linguagem culta, sem transcrever trechos do texto apresentado, ainda que possa usar as ideias convenientes nele contidas. Tratando-se de texto argumentativo, selecione com cuidado os argumentos apresentados em defesa do que você expõe.

Folha de rascunho para redação

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

RASCUNHO

Realização

